

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

PREAMBULO DO EDITAL

CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2024

Inexigibilidade de Licitação nº 027/2024

Edital de Chamamento Público para Credenciamento de pessoas jurídicas O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS LOCAIS (PESSOA JURÍDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX, (NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE) QUE DEVERÃO CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS EM EDITAL, RESPEITANDO AS NORMAS ESTABELECIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, BEM COMO ACEITAR O PREÇO AFERIDO PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE/MT nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Recebimento das Solicitações de Credenciamento

| |
|---|
| Endereço: Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT, situada à Praça dos 3 Poderes N. 03 – BAIRRO: CAMPO REAL II /DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES |
| Período: O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 22/07/2024 A 22/07/2025, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, no endereço acima indicado. |
| Esclarecimentos: Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou 66.3419.1496, 66.3419.1367. obs: NÃO ACEITAMOS DOCUMENTAÇÃO POR E-MAIL, os interessados deverão trazer toda documentação ao departamento de Compras e Licitações em horário comercial dentro do envelope. |
| Legislação: Art. 74, IV c/c 79 inciso I, da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 02/2024 |

O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.950.495/0001-88 com sede à Praça dos 3 Poderes n. 03 – Bairro : Campo Real II CEP 78.319-000, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO N. 006/2024**, com o objetivo de O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS LOCAIS (PESSOA JURÍDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX, (NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE) QUE DEVERÃO CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS EM EDITAL, RESPEITANDO AS NORMAS ESTABELECIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, BEM COMO ACEITAR O PREÇO AFERIDO PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE/MT nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto 027/2024.

1. DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

1.1. É objeto do presente Edital o credenciamento de pessoas jurídicas para O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS LOCAIS (PESSOA JURÍDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX, (NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE) QUE DEVERÃO CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS EM EDITAL, RESPEITANDO AS NORMAS ESTABELECIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, BEM COMO ACEITAR O PREÇO AFERIDO PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE/MT nos termos e nas condições estabelecidas neste Edital conforme Decreto Federal nº 11.878 de 09 de janeiro de 2024 regulamenta o art. 79 da Lei nº

14.133/2021 define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.2. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

1.3. A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no **Anexo I – Projeto Básico**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente Credenciamento, na condição de proponente, pessoas jurídicas, empresas individuais, sociedades comerciais e civis, regularmente estabelecidas no país e que atenderem a todas as exigências, constante deste Edital.

2.2. Estarão habilitadas a participar desta licitação as empresas que apresentarem a documentação comprobatória da sua habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal/trabalhista e capacidade técnica, nos moldes definidos neste Edital.

2.3. Não poderão concorrer nesta licitação:

a) Aquele que não atenda as condições deste Edital e seus anexos.

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

b.1) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

d) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta por este ente Municipal e em verificação por meio dos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) do Portal da Transparência, Portal do Conselho Nacional de Justiça – (CNJ) e Tribunal de Contas da União.

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluindo nesta vedação a subcontratação de pessoas com este vínculo.

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

g) Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

h) Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, recuperação judicial-RJ, exceto nos casos previstos neste edital quando a empresa estiver em RJ.

i) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

i.1) A admissão de consórcio é discricionária da Administração Pública, tal como preconizada na Lei nº 14.133/2021 – art. 15. A decisão do item acima é resultado de um processo de avaliação de mercado em face do objeto licitado, além da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados na execução do objeto. Desta feita, não se tratando de um objeto de alta complexidade e relevante vulto, pode-se afirmar que a ausência da participação de consórcios não trará prejuízos à competitividade, visto que a finalidade desta vedação é exatamente afastar tal restrição aos competidores. Por fim, tal determinação se diz acertada para o melhor interesse público prestigiando os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

j) Estrangeiras que não atuem no País;

k) Agente Público do órgão ou entidade licitante, estendendo-se a terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, comissão de contratação, profissional especializado ou funcionário ou representante da empresa que preste assessoria técnica.

l) Impedidas conforme previsão na lei de licitações nº 14.133/2021.

2.4. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

a) A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

d) O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.5. A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

2.6. A simples participação neste procedimento implica ciência e concordância do interessado com todos os termos do presente Edital, inclusive as condições traçadas para as futuras contratações. Qualquer ressalva levantada pela interessada através de seus representantes levará à sua inabilitação, desclassificação ou rescisão contratual, a depender do caso.

2.7. Sob pena de não credenciamento, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo impossibilidade devidamente justificada.

2.8. A simples participação neste procedimento administrativo implica em:

a) Plena aceitação, por parte da interessada, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

b) Comprometimento da credenciada em prestar os serviços objeto deste procedimento em total conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos.

2.9. Não será **CREDENCIADO**:

- a) Os que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável e Regulamentos;
- b) Os que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Os que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

3. DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário;
- b) Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício,
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;
- g) Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

3.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)
- b) Prova de inscrição no cadastro Estadual ou Municipal ou Alvará de Funcionamento, relativo ao domicílio com sede da licitante (caso a data de validade não esteja inserida no referido documento, a empresa licitante deverá anexar documento que comprove a sua validade).
 - b.1) Os Microempreendedor Individual fica dispensado da apresentação do documento do item “b”, pois já apresentado conforme o item 10.1.2.3. “e”.
- c) Prova de Regularidade relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - Consolidada de acordo com Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, incluindo a Dívida Ativa, do domicílio ou sede da empresa licitante, com a respectiva comprovação da autenticidade da certidão;
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal (Tributos da Dívida Ativa) relativo ao domicílio com sede da licitante;
- f) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de Situação — CRS). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (NR) e Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;

h) **Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo IV)**

3.2.1. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, considerando-se esta última a que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, cabendo à empresa licitante apresentar a comprovação necessária, anexando Declaração do Órgão emitente ou a Legislação do domicílio tributário que trata do assunto

3.2.2. Certidão negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede do licitante, **constando ações movidas por e em desfavor da licitante (conforme o Tribunal).**

a) Poderão participar da presente licitação as empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão/decisão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente além de estar dispensada de apresentação de certidões negativas para o item 10.2, exceto para a certidão Federal (art. 52, inciso II da Lei nº 11.101/05 – Acórdão 8271/2011 - Segunda Câmara do TCU, Decisão Singular nº 436/2021, Processo nº 75680/2019 TCE/MT).

3.3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Solicitação de Credenciamento e Declarações (Anexo III);

3.4. DAS OBSERVAÇÕES GERAIS QUANTO AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.4.1. Sob pena do não credenciamento, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, assinados e com número do CNPJ e endereço respectivo:

- a) Se a licitante for a MATRIZ, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) Se a licitante for a FILIAL, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos previstos neste edital e demais que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

3.4.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou em publicação da imprensa oficial, desde que apresentadas ao Departamento de Licitação as originais para conferência pela Comissão, ressalvada a hipótese da apresentação de documentos expedidos pela internet (desde que possibilite a averiguação completa pela Comissão).

3.4.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

3.4.4. Não serão aceitos documentos ilegíveis ou cujas datas estejam rasuradas.

3.4.5. Se a documentação de habilitação contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a proponente **não será credenciada** até que regularize a situação.

3.4.6. Caso sejam apresentadas certidões sem a indicação expressa do prazo de validade, ela não

será aceita se a data de sua expedição for anterior a **30 (trinta) dias** da data da abertura do presente certame.

3.4.7.A Presidente poderá utilizar os sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para comprovação da regularidade do licitante. A verificação será certificada e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

3.4.8.A Comissão não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos originais para a verificação, a licitante poderá ser inabilitada.

3.4.9.Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e credenciada.

4. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessadas entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 3 dentro do envelope .

4.2. No período de Credenciamento, a Comissão de Contratação procederá a verificação da regularidade dos documentos de habilitação dos interessados e posteriormente divulgará o resultado dos credenciados.

4.3. Na análise dos documentos de habilitação a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.4. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado, cabendo ao interessado a devida regularização no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de não credenciamento.

4.5. Constatado o atendimento das exigências editalícias, os interessados serão declarados credenciados, caso não haja interposição de recursos.

4.6. Após apresentação da documentação de habilitação, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação.

4.7. Após análise dos documentos de habilitação e termo de aceite de valores, passar-se-á à fase recursal. Superado a fase recursal o processo administrativo será encaminhado à autoridade superior para:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II- revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar.

4.8. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o Município de campo Verde, a seu critério, poderá convocar, por ofício, e-mail ou publicação no diário oficial do município, os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas no momento originário do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.

5. DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS CREDENCIADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A contratação será realizada de acordo com a ordem cronológica de recebimento de solicitação de credenciamento pela comissão competente, assegurando a igualdade de

tratamento, dividindo os serviços proporcionalmente entre os credenciados, com objetivo de oportunizar a contratação de todos os credenciados no sistema de rodízio.

5.2. Caso o credenciado não iniciar os serviços no prazo estabelecido, será passado a vez para o credenciado seguinte para não prejudicar o desenvolvimento das atividades.

5.3. Os credenciados que forem se cadastrando após o período determinado para o rodízio, durante a vigência do credenciamento, serão classificadas no final da fila, sendo que tão somente após o rodízio dos já credenciados é que participarão, e assim sucessivamente, de acordo com a data e horário do protocolo.

5.4. Nenhum profissional que esteja apto a ser credenciado, nos termos deste edital, deixará de participar do rodízio, salvo se finalizada a vigência do credenciamento, ou deixar de existir o interesse na prestação dos serviços do objeto do certame.

6. DOS RECURSOS

6.1. Dos atos praticados neste certame cabem:

I- Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação;
- e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II- Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

6.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do item 6.1, serão observadas as seguintes disposições:

I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente quando da abertura do prazo, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

II- A apreciação dar-se-á em fase única.

III- O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

IV- O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

V- O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início ao término do prazo de apresentação das razões de recurso, mediante comunicação em ata, intimação via diário oficial ou e-mail.

VI- Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

6.4. A Presidente da Comissão de Contratação indeferirá recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata.

6.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser protocolados via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou pessoalmente no Departamento de Licitação, não sendo aceito por outro meio.

6.7. Na elaboração das decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

6.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

7. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

7.1. Após a análise documental, a Comissão de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

7.2. O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.

7.3. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via whatsapp ou correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

7.4. A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico <https://novo.campoverde.mt.gov.br/portal-transparencia> e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

7.5. Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogadas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

8.2. A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

8.3. Os serviços deverão ser realizados no Município de Campo Verde - MT, segundo os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos.

9. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

9.1. Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo IV;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Campo Verde – MT, conforme Decreto nº 117/2017.

9.2.1. Em até 8 (oito) dias úteis, desde que:

- a) o valor não ultrapasse a R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
- b) os fornecedores sejam sediados neste município;

c) os fornecedores sejam microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, produtores rurais, agricultores familiares ou pessoas físicas.

II – Em até 20 (vinte) dias, desde que os fornecedores sejam sediados neste município;

III – Em até 30 (trinta) dias, desde que os fornecedores não sejam sediados neste município.

9.3. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa credenciada, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.4. Caso o credenciado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao credenciado, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campo Verde - MT.

9.7. Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

9.8. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são derresponsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

9.9. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura do Município de Campo Verde - MT procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

9.10. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor da correção procurada; V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

9.11. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Campo Verde - MT.

10. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

10.1. Pela prefeitura :

10.1.1. A empresa credenciada deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do Termo de Credenciamento, do Edital, da Legislação e Regulamentos;

10.1.2. Quando a empresa credenciada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

10.1.3. Quando ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;

10.1.4. Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Prefeitura Municipal;

10.1.5. A empresa recusar a demanda por 2 (duas) vezes, seguidas ou não, mesmo que apresente justificativa, podendo solicitar novo credenciamento somente 60 (sessenta) dias corridos após a recusa;

10.1.6. Caso o credenciado realize os serviços em desacordo com as exigências da Secretaria Solicitante, será descredenciada, sem direito a novo credenciamento, sendo-lhe garantida ampla defesa e o contraditório;

10.1.7. Em razão de caso fortuito ou força maior;

10.1.8. No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;

10.1.9. Nas situações referidas nos artigos 137 e ss. da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

10.2. Pela Credenciada:

10.2.1. Mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br

11.2. ou protocolado diretamente do Departamento de Licitação, não sendo aceito por outro meio.

11.3. No ato de apresentação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).

11.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

12.1. As obrigações do Credenciado constam no Termo de Referência (Anexo I).

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

13.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

13.2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

13.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objetopactuado.

13.4. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

13.5. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimentoda Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

13.6. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada

parcela;

13.7. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

13.8. A Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT, através de cada Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Termo de Referência e demais cominações legais.

13.9. Rescindir unilateralmente o credenciamento conforme previsto em lei caso aja qualquer problema.

13.10. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

14.2.1) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

14.2.2) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

14.2.3) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

14.2.4) Multa compensatória:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “a”, “d” e “f”;

b) de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “c”, “e” e “g”;

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “b” e de “h” a “l”;

14.3. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

14.3.1) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

14.3.2) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão CONTRATANTE, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

14.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

14.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.5.1) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

14.5.2) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.5.3) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

14.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

14.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o Município de Sapezal, a seu critério, poderá convocar, por ofício, e-mail ou publicação no diário oficial do município, os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas no momento originário do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.

15.2. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.3. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

15.4. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório a ampla defesa.

15.5. Em caso de revogação, os licitantes terão direito à devolução da documentação e respectiva proposta, mediante requerimento.

15.6. Na decisão da Autoridade Competente ao final da fase recursal deverá observar:

I- Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

II- O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

III- Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.7. As Credenciadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Município de Campo Verde – MT

15.9. As decisões da Comissão de Contratação serão comunicadas mediante publicação no Diário

Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e na página web da Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT (compras@campoverde.mt.gov.br)

15.10. A cópia do Edital e de seus Anexos poderá ser obtida pelo site: <https://novo.campoverde.mt.gov.br/> e também pode ser feita a solicitação através do e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br podendo ainda ser obtida junto ao Departamento de Licitações, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, (horário de Mato Grosso).

15.11. As empresas e/ou representantes que tenham interesse no credenciamento se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, publicações no Jornal de Grande Circulação, no site oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

15.12. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 045/2023 e 084/2023 e demais leis e regulamentos vinculativos.

15.13. As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo foro da Comarca de Campo Verde – MT, com exclusão de qualquer outro.

16. ANEXOS DO EDITAL

16.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I – Projeto Básico;

Anexo II - Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento;

Anexo III - Solicitação de Credenciamento e Declarações.

Campo Verde - MT, 08 de julho de 2024.

Hélida B. M. P. Hubner
Presidente da CPC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2024**Inexigibilidade de Licitação nº 027/2024****ANEXO I****PROJETO BÁSICO****01. DO OBJETO**

1.1. O presente Projeto Básico tem por objetivo realizar O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS **LOCAIS (PESSOA JURÍDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX, (NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE) QUE DEVERÃO CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS EM EDITAL, RESPEITANDO AS NORMAS ESTABELECIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, BEM COMO ACEITAR O PREÇO AFERIDO PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE/MT.**

02. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O Credenciamento tem como objetivo a contratação da prestação de serviço por intermédio de empresas especializadas para o fornecimento de refeições, a fim de atender servidores em serviço na zona rural deste Município de Campo Verde/MT para melhorias e consertos de estradas vicinais, pontes, bueiros, entre outros, conforme demanda desta Secretaria Municipal de Obras. Este procedimento atende a um dos princípios básicos da administração pública, disposto na Constituição Federal, que trata da economicidade, neste sentido, a administração pública consegue atingir aos seus objetivos com menor custo e maior eficiência através das parceiras dos serviços e a permanente fiscalização.

2.3. Esta contratação justifica-se devido ao grande número de serviços feito no interior de nosso município, onde a logística dificulta a viabilidade e o custo do transporte torna-se bem mais alto pegando as marmitas prontas aqui na cidade e levando até o local onde está sendo realizado os serviços (interior).

2.2. A Contratação também visa proporcionar uma alimentação balanceada em termos de proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas, sais minerais e água.

2.4. Resta, portanto, justificada a abertura do presente processo de credenciamento com a devida identificação do interesse público dela decorrente.

03. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Fundamenta-se o presente chamamento público para fins de credenciamento no caput, do artigo 79, da Lei Federal n.º 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 02/2024.

04. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**MARMITEX PARA ENTREGUE NAS LOCALIDADES:****LOTE 01****ASSENTAMENTO DOM OSORIO**

Serviços de confecção de marmitex em isopor.

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|---|------|--------|-------------------|---------------|
| 01 | 0 0024837 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1º qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), | UNID | 600 | R\$ 23,55 | R\$ 14.130,00 |

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

VALOR DO LOTE R\$ 14.130,00(quatorze mil, cento e trinta reais)**LOTE 02****AGROVILA JOAO PONCE DE ARRUDA**

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|--|------|--------|-------------------|---------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1ª qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | UNID | 500 | R\$ 23,55 | R\$ 11.775,00 |

VALOR DO LOTE R\$ 11.775,00 (onze mil, setecentos e setenta e cinco reais)

LOTE 03
COMUNIDADE LIMEIRA

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|--|------|--------|-------------------|--------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1ª qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | UNID | 400 | R\$ 23,55 | R\$ 9.420,00 |

VALOR DO LOTE R\$ 9.420,00 (nove mil e quatrocentos e vinte reais)**LOTE 04**
ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|---|------|--------|-------------------|---------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1ª qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a | UNID | 600 | R\$ 23,55 | R\$ 14.130,00 |

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

VALOR DO LOTE R\$ 14.130,00 (quatorze mil, cento e trinta reais)

LOTE 05

ASSENTAMENTO 04 DE OUTUBRO

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|--|------|--------|-------------------|---------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1ª qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | UNID | 500 | R\$ 23,55 | R\$ 11.775,00 |

VALOR DO LOTE R\$ 11.775,00 (onze mil e setecentos e setenta e cinco reais)

LOTE 06

COMUNIDADE SERRINHA

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|-----------|-----|--------|-------------------|-------|
|------|------------------|-----------|-----|--------|-------------------|-------|

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

| | | | | | | |
|----|--------------|--|------|-----|-----------|---------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1ª qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | UNID | 500 | R\$ 23,55 | R\$ 11.775,00 |
|----|--------------|--|------|-----|-----------|---------------|

VALOR DO LOTE R\$ 11.775,00 (onze mil, setecentos e setenta e cinco reais)**LOTE 07
VILA UNIÃO**

Serviços de confecção de marmitex em isopor entregue no local. (Raio de 15km)

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|--|------|--------|-------------------|---------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1ª qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas | UNID | 500 | R\$ 23,55 | R\$ 11.775,00 |

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|

VALOR DO LOTE R\$ 11.775,00 (onze mil, setecentos e setenta e cinco reais)**LOTE 08**
POSTO TIO MANINHO

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|--|------|--------|-------------------|--------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1ª qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | UNID | 200 | R\$ 23,55 | R\$ 4.710,00 |

VALOR DO LOTE R\$ 4.710,00 (quatro mil, setecentos e dez reais)**LOTE 09**
COMUNIDADE CAPIM BRANCO

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|--|------|--------|-------------------|---------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne | UNID | 500 | R\$ 23,55 | R\$ 11.775,00 |

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | de 1º qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1º qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|

VALOR DO LOTE R\$ 11.775,00 (onze mil, setecentos e setenta e cinco reais)**LOTE 10
TAPERINHA**

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|---|------|--------|-------------------|---------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1º qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1º qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, | UNID | 500 | R\$ 23,55 | R\$ 11.775,00 |

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | observando-se para que não haja repetição. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

VALOR DO LOTE R\$ 11.775,00 (onze mil, setecentos e setenta e cinco reais)**LOTE 11****ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO**

Serviços de confecção de marmitex em isopor

| ITEM | CÓDIGO TCE/MT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|------|------------------|--|------|--------|-------------------|---------------|
| 01 | 0002483 7 | MARMITEX ISOPOR Nº 09 (ALMOÇO) com as seguintes opções: Saladas: Folhosos crus ou refogados; Legumes crus cozidos (embalada separadamente). Carnes: Carne de 1ª qualidade, sendo: bovina sem osso (assada ou frita), sempre acompanhada de um segundo tipo de carne que pode ser carne suína (grelhada ou frita) ou frango (assado, cozido ou frito); Guarnição: Contendo pelo menos dois dos itens a seguir: massas variadas (macarrão ou lasanha, etc.), polenta, mandioca, purê de batata; Arroz: branco, cozido; Feijão: Preto ou carioca, cozido. O cardápio dos itens de saladas (folhosos e legumes variados), carnes (cortes variados e de 1ª qualidade, no caso de carne bovina deve estar sem osso) e guarnição devem ser variados, observando-se para que não haja repetição. | UNID | 500 | R\$ 23,55 | R\$ 11.775,00 |

VALOR DO LOTE R\$ 11.775,00 (onze mil, setecentos e setenta e cinco reais)**05. DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**5.1. O valor estimado para essa licitação é de **R\$ 124.815,00 (cento e vinte quatro mil, oitocentos e quinze reais)****06. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

6.1. As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotações orçamentárias próprias, indicada no momento oportuno, no processo administrativo de utilização da ata.

07. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

7.1. A entrega das refeições, será informado na NAD – Nota de Autorização de Despesa, conforme a necessidade de cada secretaria.

08. PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA

8.1. O prazo para retirada das marmitas em geral será de 02 (duas) horas, no local do estabelecimento após a solicitação do serviço, com tolerância máxima de 15 minutos de atraso.

8.2. A empresa deverá fornecer a entrega das refeições, inclusive em finais de semanas e feriados, mediante apresentação da NAD – Nota de Autorização de Despesa, conforme a necessidade de cada secretaria e no local

designado por ela, dentro do perímetro RURAL do Município.

09. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 9.1. As refeições deverão ser preparadas com gêneros de primeira qualidade, dentro das exigências de higiene e segurança alimentar determinados pela vigilância sanitária, por profissionais habilitados, utilizando técnicas culinárias modernas e observando o cardápio elaborado por nutricionista de nível superior para desenvolver as atividades relacionadas com a produção das refeições.
- 9.2. A preparação dos alimentos deverá ser realizada nas dependências da empresa, com todos os utensílios para tal fim, de sua propriedade.
- 9.3. As composições das Marmitas deverão ser variadas.
- 9.4. As refeições deverão ser adicionadas em depósitos térmicos de tipo quentinhas/marmitas MARMITEX, imediatamente após o seu preparo, com o objetivo de preservar os alimentos e proporcionado o consumo adequado e satisfatório, mesmo que, por ventura, ocorra após horário de sua entrega;
- 9.5. As Marmitas deverão estar em embalagens acondicionadas, respeitadas as condições sanitárias, em obediência às normas ditadas pelas autoridades sanitárias competentes;
- 9.6. As marmitas deverão ser transportadas em caixas isotérmicas, de forma a conservar a temperatura da refeição até o momento da entrega.

10. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 10.1. Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 10.2. Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida.
- 10.3. Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pela Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT.
- 10.4. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de Licitação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros.
- 10.5. Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Licitação para efeito de comprovação de sua autenticidade.
- 10.6. Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.
- 10.7. Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.
- 10.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 11.1. Executar a entrega das refeições dentro dos padrões estabelecidos no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;
- 11.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;
- 11.3. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 11.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal;
- 11.5. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;
- 11.6. Submeter-se à fiscalização da Prefeitura Municipal de Campo Verde, através do setor competente, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- 11.7. Arcar com todos os ônus de transportes das refeições;
- 11.8. Fornecer talheres descartáveis que deverão acompanhar as marmitas, as quantidades de talheres deverá ser compatível com a quantidade de marmita.
- 11.9. Atender todas as solicitações das secretarias independentes de quantidades.
- 11.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços deste Termo, ainda que pequenas

subcontratadas ou tarefas;

12. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 12.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.
- 12.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.3. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação de serviços, na forma do contrato;
- 12.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 12.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados e preposto da CONTRATADA;
- 12.6. Indicar um servidor, como fiscal do contrato, para exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, sendo que tal atividade não implicará, em qualquer hipótese, na exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA;
- 12.7. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;
- 12.8. Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sobre os aspectos quantitativos e qualitativos;
- 12.9. Solicitar com no mínimo uma hora de antecedência os serviços de marmitas em geral.
- 12.10. A solicitante deverá informar o local de entrega das marmitas na Nota de Autorização de Despesa.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1. O CREDENCIADO apresentará a(s) Nota(s) Fiscal(is) na Secretaria que emitiu a NAD, acompanhadas das Certidões Negativas de Débitos relativo à regularidade fiscal, referente à prestação do serviço até o último dia útil do mês que ocorreu a entrega.
- 13.2. O pagamento será efetuado através de crédito bancário, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de liquidação da Nota Fiscal, discriminativa, devidamente atestada por servidor designado, onde a CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, desde que não haja nenhum fato impeditivo, tudo em conformidade ao Decreto 117 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Art. 1º - Os pagamentos das compras e processos licitatórios serão efetuados, dentro das disponibilidades do Tesouro Municipal, nos seguintes prazos contados a partir da data em que a **Nota Fiscal foi atestada pela respectiva Secretaria**:

I – Em até 8 (oito) dias úteis, desde que:

- a) o valor não ultrapasse a R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
- b) os fornecedores sejam sediados neste município;
- c) os fornecedores sejam microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, produtores rurais, agricultores familiares ou pessoas físicas.

Caso ultrapasse de R\$ 8.000,00 reais

II – Em até 20 (vinte) dias, desde que os fornecedores sejam sediados neste município;

III – Em até 30 (trinta) dias, desde que os fornecedores não sejam sediados neste município.

14. DA DISTRIBUIÇÃO E SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO e DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Os serviços serão distribuídos de forma sequencial, conforme o local e da disponibilidade do credenciado, caso o mesmo se negue a atender, será chamado o próximo da lista e a administração aplicará as sanções previstas no Edital. **VERIFICAR COMO SERÁ SOLICITADAS AS MARMITAS**, exemplo: será solicitada as marmitas para o estabelecimento que ficar mais próxima de onde está sendo realizado o serviço.

14.2. Deverá a secretaria ter o cuidado de convocar os credenciados da forma estabelecida no item anterior.

14.3. Aprovada a NAD, a Secretaria solicitante enviará ao credenciado para cumprimento integral.

14.3.8. Toda nota fiscal deve vir atestada pelo fiscal.

15. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

15.1. O prazo para credenciamento vigorará por um ano a partir da homologação, sendo que, neste período, todos os interessados que cumpram integralmente as regras do edital serão aceitas.

16. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

16.1. Após a análise documental, a Comissão de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

16.2. O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.

16.3. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado através de WhatsApp, e-mail e outros meios e a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

16.4 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada no site da prefeitura portal transparência.

16.5. Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

17. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

17.1. A Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

17.2. Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 48 horas (quarenta e oito horas) ou não responderem se podem ou não assumir os serviços serão descredenciados.

17.3. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

17.4. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 8.666.

17.5. Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Licitação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá ao Secretário Municipal de Administração para tomada de decisão.

17.6. Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Obras poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou protocolado diretamente do Departamento de Licitação, não sendo aceito por outro meio.

18.2. No ato de apresentação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).

18.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1. A responsabilidade pela elaboração deste Projeto básico e pesquisa das médias de preços ficou sob responsabilidade da Servidora Olivete Gardin, portadora do CPF: 567.814.741-20, oficial administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Obras, sito à Av. São Paulo, 510, – Centro – Campo Verde MT, Fone: (66) 3419-1522/, e-mail obras@campoverde.mt.gov.br e poderá ser consultada, juntamente com o fiscal, para esclarecimento de eventuais dúvidas, através dos contatos mencionados.

Campo Verde, 17 de junho de 2024.

EDITAL de CREDENCIAMENTO N° 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

RUBENS ANUNCIÇÃO JUNIOR

Secretário Municipal de Obras

Port. 450/2024

OLIVETE GARDIN

Responsável pela Elaboração

ROBSON DE SOUZA

Fiscal

CREDENCIAMENTO Nº 006/2024
Inexigibilidade de Licitação nº 027/2024**ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**
MODELO DE PROPOSTA

Ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT

| DADOS CADASTRAIS | | | |
|-------------------|---------------------------------|-----------------|-----|
| Nome empresarial: | | | |
| Endereço: | | Cidade: | UF: |
| Telefone: | Celular: | E-mail: | |
| Banco: | Agência: | Conta Corrente: | |
| CNPJ: | Inscrição Estadual (se houver): | | |

A empresa_____ conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços de: **(especificar para qual (is) serviços se credencia, conforme lista de serviços do Termo de Referência).**

| ITEM | CÓDIGO SINAPI | DESCRIÇÃO | UND | QUANT | VALOR UNITÁRIO* | TOTAL |
|------|---------------|-----------|-----|-------|-----------------|-------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Campo Verde – MT , de de 2024 .

(Nome e assinatura da pessoa jurídica)

ANEXO III
DECLARAÇÃO UNIFICADA
CREDENCIAMENTO N. 006/2024

DECLARAMOS , sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

EDITAL de CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE – MT

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60.:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Campo Verde, de 2024

Assinatura